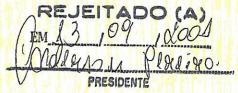


## PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Projeto de Lei Complementar nº 017/2001 De 28 de agosto de 2001.



Dispõe sobre o provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

O povo de Tocantins, por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para os cargos de recrutamento amplo, dada sua natureza, não serão exigidos pré-requisitos de escolaridade, devendo o Prefeito Municipal provê-los com quem possa, efetivamente, desempenhar suas funções.

Parágrafo único – Somente será exigida a qualificação técnica para aqueles cargos que a demande como pré-requisito, acompanhada do registro na corporação profissional correspondente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes da Lei Complementar nº 006/2001, de 11/07/2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tocantins, 28 de agosto de 2001.

Pe Fábio de Paiva Gardoni
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 017/2001

Justifica-se o presente Projeto de Lei pelas razões que seguem.

Os cargos comissionados de livre nomeação e exoneração são essencialmente políticos, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, CR).

É imperativo da Constituição da República a natureza desses cargos: de acesso amplo e exoneração livre (art. 37, II, CR). Não se justificando, portanto, obstáculos desnecessários ao seu provimento, à exceção daqueles técnico-políticos.

É de se ver ainda que dispondo em contrário, a norma municipal confronta com o Texto Maior, tornando-se inconstitucional, clamando por correção ou retirada do mundo jurídico.

No sentido de conferir conformidade constitucional à legislação municipal no tocante ao provimento dos cargos comissionados, exigindo formações acadêmicas diversificadas para cargos de mesmo escalão e até mesmo critérios incompreensíveis, consequentemente inaplicáveis, é o projeto em tela.

Ao ensejo, diga-se que não há a criação de despesas, nem se afeta os limites legais de gastos com pessoal, estando a proposta compatível com o Plano Plurianual de Investimento, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Orçamento para o presente exercício.

Estas as razões de ordem pública que justificam a proposta exibida.

Confiantes da postura pública e respeitosa existente entre os dois Poderes, subscrevemo-nos com cordiais cumprimentos, solicitando a aprovação do presente.

Atenciosamente,

Pe Fábio de Paiva Gardoni Prefeito Municipal